

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
METAS E PROJEÇÕES FISCAIS
(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2.000)

ANEXO I-B

I – VALORES CORRENTES

EM R\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	2.008	2.009	2.010
I – RECEITA TOTAL	1.701.339	1.803.419	1.911.625
II – DESPESA TOTAL	1.681.028	1.803.419	1.911.625
III – RESULTADO PRIMÁRIO	105.326	51.495	51.495
IV – RESULTADO NOMINAL	73.527	0	0
V – DÍVIDA LIQUIDA	52.110	47.574	47.012

OBS.: Excluído duplicidades do FUNDEF

II - VALORES CONSTANTES

EM R\$ 1.000,00 DE DEZEMBRO DE 2004

DISCRIMINAÇÃO	2.008	2.009	2.010
I – RECEITA TOTAL	1.569.917	1.742.049	1.846.572
II – DESPESA TOTAL	1.517.806	1.742.049	1.846.572
III – RESULTADO PRIMÁRIO	102.166	51.481	51.495
IV – RESULTADO NOMINAL	71.468	0	0
V – DÍVIDA LIQUIDA	48.142	46.241	45.695

OBS.: Excluído duplicidades do FUNDEF

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA
ANEXO DE METAS FISCAIS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2008
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS
(Art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2.000)

As metas fiscais anuais apresentadas no presente Anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2.008 foram fixadas com objetivo de demonstrar os resultados esperados com as ações desenvolvidas pelo município, considerando o comportamento histórico da receita, e a adoção de projetos de Substituição Tributária, cobrança da Dívida Ativa Tributária, Modernização da Administração Tributária, Controle Interno da evasão fiscal e das despesas, e acompanhamento das transferências governamentais. A política fiscal do governo tem por objetivo primordial promover a gestão equilibrada dos recursos públicos. Com base nestas metas serão implementados os Programas e as Ações de Governo, portanto definidas as metas anuais.

DAS RECEITAS:

A arrecadação total da prefeitura de Goiânia (administração direta e indireta) no ano de 2.006, foi estimada em R\$ 1.461,0 milhões (Lei nº 8.385/2.005) a preço de junho de 2005. Sendo arrecadado, o total de R\$ 1.412,7 milhões (excluso as duplicidades de lançamentos contábeis do FUNDEF), representando assim um decréscimo em relação a receita estimada de 3,50%.

Para o ano de 2007, foi fixado pela Lei nº 8.504/2.006 – Lei Orçamentária (administração direta e indireta) o montante de R\$ 1.704,8 milhões. Temos no presente momento uma reestimativa de R\$ 1.470,3 milhões o que equivale a um incremento em relação à arrecadação do exercício de 2006 de 4,2%.

Para o ano de 2.008, as metas fiscais em valores constantes, correspondem a um índice de 3,2% de acréscimo real da arrecadação que resultará das políticas em curso, especialmente da Substituição Tributária, Modernização Tributária e ampliação dos mecanismos de Controle Internos. Se forem consideradas as metas fiscais em valores correntes, o valor a ser arrecadado em 2.008, será de R\$ 1.701.3 milhões, o que corresponde a um índice de 6,0% de correção inflacionaria e incremento real de arrecadação, se caso fosse comparada à arrecadação reestimada para o ano de 2.007.

Para os exercícios seguintes, considerou-se as variáveis macroeconômicas definidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN constantes do Relatório de Inflação de dezembro/2006, agregada a isso as políticas que vem sendo adotadas pelo governo municipal para o aumento real da receita, bem como, as perspectivas de crescimento real anual do Produto Interno Bruto – PIB, previstas no mesmo Relatório de Inflação do BACEN.

Projeção de Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetro	2008	2009	2010
crescimento real do PIB (%)	2,8	2,8	2,8
taxa de inflação (IPCA) var. ano	3,2	3,2	3,2

crescimento 2006.....5,0 % (IPCA)
4,0% (PIB)

DAS DESPESAS

Os critérios adotados para as despesas correspondem aos estipulados para a receita, preservando desta forma, o princípio constitucional que é o equilíbrio das contas públicas.

O desenvolvimento de mecanismos de **integração** entre as diferentes esferas do poder municipal, na reavaliação de prioridades pelas unidades administrativas (direta e indireta), veio definir as prioridades de aplicação dos escassos recursos, voltados a atender as ilimitadas necessidades dos munícipes. Portanto, a definição e priorização das despesas resultam do processo de planejamento integrado e de mecanismo de apropriação e priorização das ações públicas.

Com o propósito de compensar o impacto fiscal da dívida flutuante do exercício de 2005 e anteriores a meta de Resultado Primário foi ampliada no ano 2008 para R\$ 73.526.343,10, recursos estes que serão disponibilizados para o cumprimento dos passivos contingentes (restos a pagar) herdados de administrações passadas, estimados em R\$ 124,8 milhões.

O controle de despesas, neste prisma visa:

- administração e controle das despesas com custeio administrativo e operacional;
- administração e controle dos pagamentos da dívida bancária intra e extralimite, inclusive, renegociação e aproveitamento de créditos;
- execução de investimentos dentro da capacidade de desembolso do Município.

DÍVIDA LIQUIDA

Os valores apresentados no anexo das Metas e Projeções Fiscais, refere-se aos valores a serem pagos anualmente da dívida pública municipal, referente à administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações), conforme dados consignados nas tabelas.

A dívida pública líquida é o resultado da diferença apurada entre a dívida pública e o ativo financeiro (disponibilidade de caixa, aplicações financeiras e outros ativos financeiros), representando em dezembro de 2006, o valor total de R\$ 263.298,9 milhões.

O ativo financeiro total do municipal, em dezembro de 2006, era de R\$ 249.234,5 milhões.

A dívida municipal, portanto, representa o conjunto dos compromissos e obrigações assumidos a curto e a longo prazo. Podendo ser fluvente (restos a pagar e depósitos de terceiros) e fundada ou consolidada (a longo prazo). A dívida fluvente total, em dezembro de 2006 era de R\$ 117,3 milhões, e a fundada/consolidada de R\$ 415.351,7 milhões.

A dívida total do municipal em valores constantes, em dezembro de 2006, esta composta por : **Dívida Flutuante:** Depósitos de Terceiros/Consignações, no valor de R\$ 23.774,0 milhões; Restos a Pagar, no valor de R\$ 105,3 milhões. **Dívida Fundada/consolidada:** Empréstimos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Caixa), no valor de R\$ 75.036,1 milhões; INSS da Comurg que foi assumido pela Prefeitura de Goiânia, no ano de 2000, cuja posição em 31 de dezembro de 2006, equivale à R\$ 315.321,8 milhões; Fundo de Garantia dos Servidores da Câmara Municipal, no valor de R\$ 336,4 milhões; PASEP, no valor de R\$ 7.198,1 milhões.